

Não renunciar à Reposição Integral

O anuncio de que o Governo Requião concederia 17,2% (contra os 56,94% reivindicado em março de 2006) aos professores da rede estadual e a confirmação de mais uma reunião entre as secretarias de planejamento, administração e ciência e tecnologia com o “grupo técnico” representando *entidades* de professores que abandonaram a luta pela reposição integral nesta segunda feira dia 23 de abril, tem provocado a euforia de muitos colegas que, desesperados, apostam em que por fim será anunciada a reposição de nossas perdas salariais.

Diante dessa expectativa a ADUEL manifesta que continua defendendo a **Reposição Integral** de todas as perdas acumuladas. Estas perdas calculadas até março de 2006 variavam de 52,64% para os associados até 83,82% para os auxiliares.

A ADUEL sempre defendeu e continuará defendendo o caminho da organização e mobilização da categoria docente para arrancar do governo os nossos direitos. Por outra parte, temos todos os motivos para duvidar que o governo, por um ato de repentina responsabilidade histórica, reponha as perdas salariais por iniciativa própria. Ao contrário, dada as manifestações da secretária de Ciência e Tecnologia Lygia Puppato, já informado em nosso Boletim de 14 de março, de que o governo já teria “dado” 18% em 2005 e a do secretário da Fazenda Heron Arzua, (jornal da ADUEL de 30/03/07) que em audiência pública na Assembléia Legislativa justificou “a decisão do governo de não conceder reajuste salarial”, porque “é impossível no momento”, pouco se pode esperar da boa vontade do governo.

SE por alguma razão desconhecida o governo resolver “conceder” alguma reposição, temos certeza de que, assim como foi o caso dos professores da rede estadual, este índice ficará bem abaixo da reposição integral. Esta hipótese deve ser cuidadosamente avaliada pelos docentes pelas seguintes razões:

1. Estuda-se no Congresso Nacional a regulamentação do direito de greve no funcionalismo público, eufemismo para designar o fim do direito constitucional de greve.
2. O PAC do governo prevê um reajuste máximo de salários de 1,5% ao ano.
3. O discurso repetido pela secretária de Ciência e Tecnologia, assim como pelo governo, ao conceder a reposição de 17,2% aos professores da rede, é de que apenas reporão as perdas do governo Requião. Mas, na prática indica o critério que estão adotando para esquecer as perdas acumuladas desde os governos anteriores.

Estes elementos sinalizam que a concessão - agora ou em agosto, ou em outro momento - de um índice abaixo de nossas perdas acumuladas terá a finalidade de “zerar” as dívidas do governo com os professores. Zerando unilateralmente a dívida, no quadro de proibição de greve e de limitação de concessão de reajuste a 1,5% ao ano, estará definitivamente enterrada a possibilidade de recuperar os níveis salariais devidos.

Chamamos os docentes da Universidade Estadual de Londrina e das outras universidades estaduais a se opor a esta fraude. Não podemos aceitar que, por uns pífios trocados a mais no salário, seja negado definitivamente o nosso direito a reposição integral.

Responsabilizamos às direções das entidades que compõem o tal “*grupo técnico*” de estar facilitando esta operação, quando aceitaram conversas com a SETI, acatando a premissa do governo de que tudo se daria apenas dentro das “disponibilidades legais e orçamentárias”, bordão que tem sido usado mais de mil vezes para justificar o roubo dos nossos salários.

Convidamos os docentes da UEL a se manifestar contra este conluio e a preparar uma assembléia geral de docentes (não uma assembléia do Sindiprol), auto-convocada para deliberar os caminhos da luta pela Reposição Integral.